

Sumário

Agradecimentos	V
Prefácio	IX
Introdução.....	1
1. As Reformas e o Nexo Histórico Global	11
1.1. Introdução ao capítulo	11
1.2. A evocação da crise nos anos 1990: seus desdobramentos, usos e apropriações ideológicas. O programa reformista e a ênfase na globalização sob o prisma de suas condicionantes econômicas: uma disputa em torno de paradigmas	13
1.3. Para além da crise e das rupturas supostamente reivindicadas pela economia: uma mudança de época entre continuidades e rupturas. Reflexividade, novos paradigmas e recuperação do elemento ético. As características de uma dinâmica social tendencialmente global.....	40
1.4. Compreensão do nexo histórico global e da natureza de uma mudança epocal e mapeamento de forças atuantes na síntese histórica das reformas.....	58
2. As Reformas e o Nexo Histórico Interno. As “Marcas de Origem” e a Interpelação do Legado Ibérico: Reciclagens Discursivas e Modernização.....	67
2.1. Introdução ao capítulo	67
2.2. Reformas administrativas e seus contextos. Da estabilização macroeconômica à postulação de um acerto de contas com o passado remoto e próximo: algumas bases político-ideológicas do escopo das reformas.....	68
2.3. A questão da governabilidade. Seus sentidos no debate público de então e sua instrumentalização.....	77
2.4. Do discurso sobre a recuperação da governabilidade ao da modernização e superação de um legado.....	85

2.4.1. Reciclagens da leitura sobre o patrimonialismo. “Desprivatização do público” e “publicização”.....	88
2.4.2. Sobre a retórica de profissionalização da administração pública e de modernização dos controles administrativos: ainda a interpelação do passado e da transição.....	93
3. O Processo de Materialização das Reformas. Um Exame Sob a Perspectiva das Tensões que o Permeiam	107
3.1. Introdução ao capítulo.....	107
3.2. Do enquadramento analítico do processo de materialização das reformas em cotejo com o exame de alguns de seus principais desdobramentos	109
3.2.1. Da relevância de um enquadramento analítico que considere, em seu contexto histórico, as disputas hegemônicas implicadas na reforma.....	117
3.3. A dimensão dos serviços públicos.....	123
3.4. A dimensão da regulação.....	135
3.5. Outros desdobramentos concretos da reforma: contratualização e processualização	154
4. A Transição, o Direito Público e as Reformas.....	159
4.1. Introdução ao capítulo.....	159
4.2. “Era de reformas” ou era da democratização? Retórica reformista e hegemonia. O direito público permeando disputas em torno dos temas da transição e do nexo histórico de transformações do capitalismo	160
4.2.1. Uma primeira via de mobilização do direito público: redesenho da esfera pública e a disputa em torno da reabertura dos temas da transição.....	163
4.2.2 Por uma segunda via, a retórica reformista convoca o direito público: gerencialismo, neoinstitucionalismo.....	168
4.3. Diagnósticos preliminares no âmbito do administrativismo brasileiro e sua crítica	170
4.4. Identificando, na reflexão gramsciana, categorias analíticas para a compreensão crítica das mutações da administração pública e do direito nos anos 1990	172

4.4.1. Um movimento importante para pensar os papéis do direito público: da defesa inicial do liberalismo à crítica do economicismo	176
4.4.2. Noções a partir das quais pensar os papéis do direito em um contexto histórico de mudanças – transformismo, hegemonia e revolução passiva. O tema da Constituinte: um processo clássico de gênese do direito público como lugar de disputa por hegemonia	180
4.5. As reformas e transformações do direito público no Brasil através das chaves do transformismo e da revolução passiva	187
5. Andamento e Perspectivas de Síntese das Reformas	
Explorados sob um Duplo Ângulo	191
5.1. Introdução ao capítulo	191
5.2. Problematizando a “superdeterminação econômica” das reformas. O capital simbólico do direito público, seu peso e especificidade, e as disputas em torno da produção de representações das mudanças naquele contexto.....	193
5.3. As reformas e seus dispositivos de justificação em face do elemento ético-moral. Uma interpretação sob o ângulo das mudanças no plano das experiências e do modo de orientação dos cidadãos em face da administração pública	219
5.3.1. A secularização das relações entre a administração pública e os cidadãos. A questão do “interesse público” e o reinvestimento da dimensão do interesse. A superação das lógicas organizacionais de hierarquização e segmentação como forma de obtenção de “autoridade” sobre os problemas públicos	231
Considerações finais	247
Referências	259